

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.477 - PI (2019/0222115-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : LIRIO ANTONIO PARISOTTO
AGRAVADO : ENEAS PEDRO BOVINO
ADVOGADO : ALMIR TADEU BOTELHO - PR018013

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. INADMISSÃO DO APELO NOBRE. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. DIALETICIDADE RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O princípio da dialeticidade, positivado no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

2. O fundamento utilizado pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial (Súmula n.º 7 do STJ), sequer foi mencionado no agravo em recurso especial, que, em nenhum momento, sustentou não haver necessidade de reexame de provas, mas, sim, de sua valoração.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora